

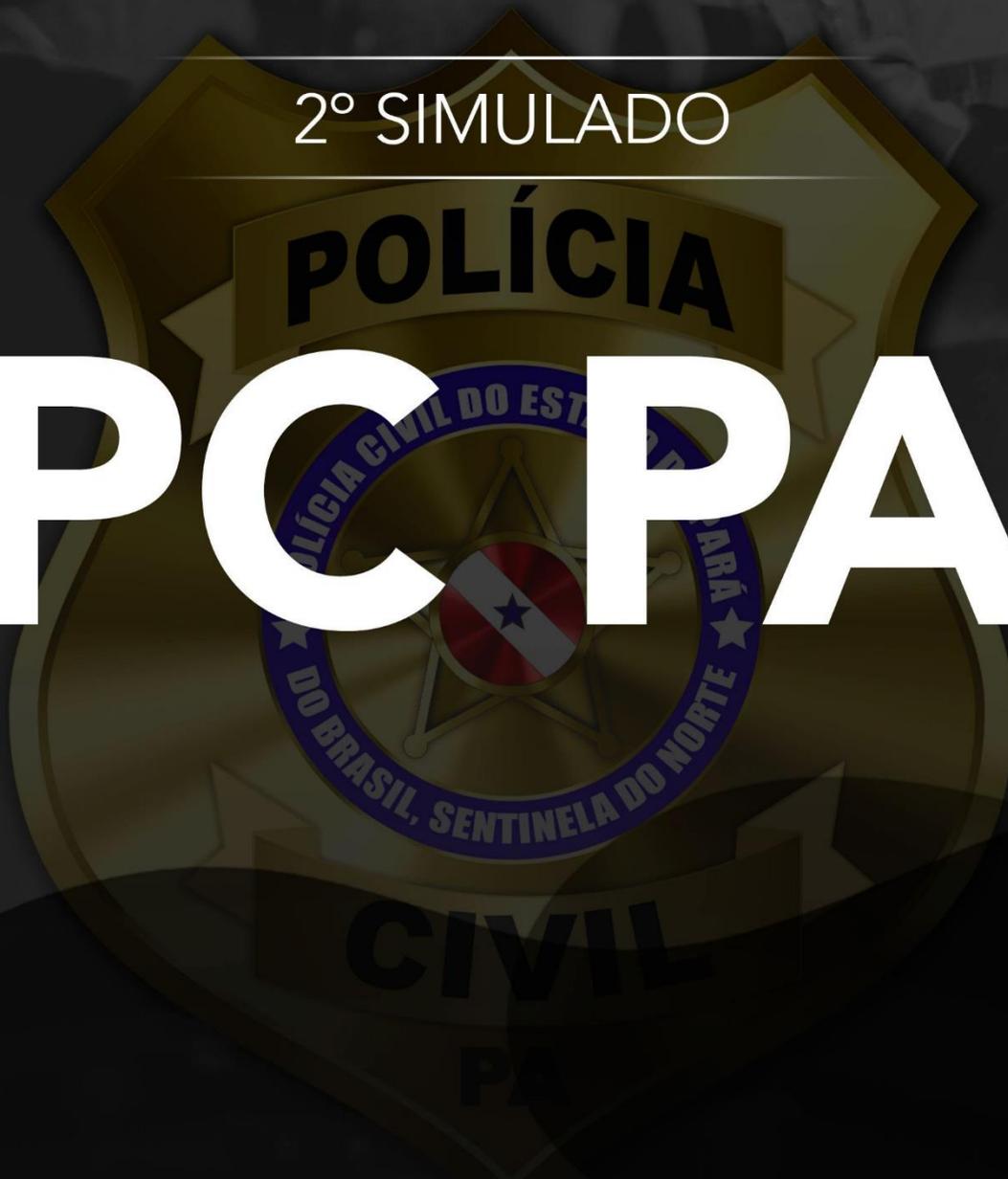


Estratégia

Carreira Jurídica

2º SIMULADO

PCPA



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso da PCPA para Delegado de Polícia Civil.
- 2 – A prova contém **80 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-PCPA-05-07>

Cartão de Respostas							
1		21		41		61	
2		22		42		62	
3		23		43		63	
4		24		44		64	
5		25		45		65	
6		26		46		66	
7		27		47		67	
8		28		48		68	
9		29		49		69	
10		30		50		70	
11		31		51		71	
12		32		52		72	
13		33		53		73	
14		34		54		74	
15		35		55		75	
16		36		56		76	
17		37		57		77	
18		38		58		78	
19		39		59		79	
20		40		60		80	

PROVA OBJETIVA**LINGUA PORTUGUESA**

Décio Terror

Para pessoas de opinião

Você me dirá que uma das coisas que mais preza é sua opinião. Prezã-la é considerado virtude. “Fulano? É uma pessoa de opinião”. É preciso força e decisão para “ter opinião”. Não é fácil.

Você me dirá, ainda, do que é capaz de fazer para defender a própria opinião. Ter opinião é tão importante que há até um direito dos mais sagrados, o direito à opinião, ultimamente, aliás, bastante afetado, pois vivemos tempos de ampliação do delito de opinião. Ter opinião, em vez de ser considerado um estágio preliminar da convicção, passa a ser ameaçador.

Mas sem contrariar a força com que você defende as próprias opiniões e, sobretudo, defendendo o seu inalienável direito de tê-las, eu lhe proporei pensar sobre se a opinião é uma instância realmente profunda ou se é, tão-somente, uma das primeiras reações que se tem diante dos acontecimentos.

Será a opinião uma reação profunda ou superficial? Ouso afirmar que, quase sempre, é das mais superficiais.

Opinião é reação, e expressa um sentimento ou julgamento. Ao reagir, o sentimento realiza uma síntese do que e como somos. Esta síntese aparece na forma pela qual reagimos. A primeira reação é reveladora do sentimento com que julgamos a vida, o mundo, as pessoas. Quase sempre a opinião surge nessa etapa inicial, patamar superficial do nosso ser. Somos um repositório de primeiras impressões!

Pode-se, efetivamente, garantir que nossas opiniões são fruto de meditação? Ou de conhecimento sedimentado? Positivamente, não. Quem responder sinceramente, vai concluir que tem muito mais opiniões do que coisas que sabe ou conhece. Qualquer conhecimento profundo não leva à opinião; leva à análise, à convicção, à dúvida ou à evidência, e nenhuma dessas quatro instâncias tem a ver com a opinião.

Quem (se) reparar com cuidado, verificará o quanto é levado a opinar, vale dizer, reagir, sentir, julgar, diante dos variados temas. Somos um aluvião de opiniões. Defendemo-nos de analisar, tendo opinião; preservamo-nos do perigoso e trabalhoso mister de pensar, tendo logo uma opinião.

É mais fácil ter opinião do que dúvida. Opinião traz adeptos e dividendos pessoais de prestígio, respeitabilidade, aura de coragem ou heroísmo.

As opiniões são uma espécie de fabricação em série de ideias sempre iguais, saídas do modelo pelo qual vemos o mundo, e nos faz focar a realidade segundo um eterno subjetivismo. Por isso a opinião quase nunca é o reflexo das variadas componentes do real. É eco a repetir a experiência anterior, diante de cada caso novo. A opinião nos defende da complexidade do real, logo, é maneira de impedir a criatividade do homem.

Na origem latina, opinar tem um sentido ambíguo. É muito mais *conjecturar* do que *afirmar*. A palavra chega a ter, nos seus vários sentidos, o de *disfarçar*. A origem do termo é mais fiel ao seu significado do que a tradução que hoje se lhe dá.

Opinar não significa *saber* nem *conhecer*. Opinar significa ter uma opinião a respeito de algo, isto é, uma impressão sujeita a retificações, a correções, a mudanças permanentes. O sentido essencial de opinar é conjecturar, ou seja, supor uma realidade para poder discuti-la e, assim, melhor conhecê-la.

No entanto, nos ofendemos se contrariam a nossa opinião; vivemos em busca do respeito à “nossa opinião”. E, mais grave e frequente, vivemos a sofrer por causa da opinião ou de opiniões dos outros sem saber que a opinião de alguém é o resultado das manifestações (reações) mais superficiais e fáceis do seu espírito.

A opinião é instância superficial, exercício de dúvida e de conhecimento disfarçado em certeza ou afirmação, uma conjectura em forma de assertiva. É mais a expressão de um sentimento do que a conciliação deste com o conhecimento e a verdade. A partir do momento em que sabemos de tudo isso, temos obrigatoriamente que deixar de dar tanta importância à opinião alheia e à própria. É preciso, sempre, submetê-las ao crivo da *permanência*, do *tempo*, da *análise*, do *conhecimento*, da *vivência*, da *experimentação* em situações diferentes, em estados de espírito diversos, para, só então, considerá-la significativa, válida, profunda.

Qual de nós está disposto a aceitar que a própria opinião, embora válida e respeitável, é uma forma superficial de manifestação? Quem está disposto a se dar ao trabalho de atribuir à opinião sua verdadeira função, que é nobilíssima: a de ser trânsito, passagem, via, para a Convicção, para a

Análise, para Dúvida e para a Evidência - os quatro elementos que compõem a verdade?

Esta é a minha opinião...

TÁVOLA, Artur da. *Alguém que já não fui*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

01. Infere-se do texto que o autor só não caracteriza opinião como:

- a) um estágio preliminar da convicção
- b) uma das primeiras reações que se tem diante dos acontecimentos
- c) reação superficial
- d) uma análise profunda sobre algo
- e) uma espécie de fabricação em série de ideias sempre iguais

02. A última frase do texto (“Esta é a minha opinião...”) tem a seguinte intenção comunicativa:

- a) despertar surpresa no leitor, pois os argumentos do texto não conduziram a uma simples opinião do autor.
- b) manifestar dúvida no leitor, pois tal frase final tem o sentido de um fato.
- c) mostrar que os argumentos do texto não são válidos a respeito da opinião.
- d) causar humor ao falar sobre algo de que não se tem noção.
- e) impactar o leitor com a contradição entre fato e opinião, sendo esta mais aprofundada.

03. A palavra “aluvião”, em “Somos um aluvião de opiniões.” (7º parágrafo), tem o sentido de:

- a) escassez
- b) maturidade
- c) grande quantidade
- d) eloquência
- e) quantidade equivalente

04. Mantém a coerência e a correção gramatical a substituição do trecho “No entanto, nos ofendemos se contrariam a nossa opinião; vivemos em busca do respeito à ‘nossa opinião’.” (12º parágrafo) pelo seguinte:

a) Conquanto, nos ofendemos se contrariam nossa opinião; pois vivemos em busca do respeito à “nossa opinião”.

b) Todavia, nos ofendemos caso contrariam a nossa opinião; portanto vivemos em busca do respeito à “nossa opinião”.

c) Mas, ofendemo-nos uma vez que contrariam a nossa opinião; já que vivemos em busca do respeito a “nossa opinião”.

d) Porquanto, nos ofendemos se contrariam nossa opinião; vivemos em busca do respeito a “nossa opinião”.

e) Contudo, ofendemo-nos quando contrariam nossa opinião; vivemos em busca do respeito a “nossa opinião”.

05. A oração “que há até um direito dos mais sagrados, o direito à opinião, ultimamente, aliás, bastante afetado” (2º parágrafo) apresenta o seguinte valor semântico:

- a) adversidade
- b) condição
- c) concessão
- d) consequência
- e) causa

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodolfo Penna

06. Com relação ao regime jurídico da Administração Pública, assinale a alternativa correta

a) A União não poderá inscrever o Município no cadastro de inadimplentes em razão de irregularidades praticadas na gestão anterior quando, o gestor atual tenha tomado providências para reparação dos danos.

b) Não há nulidade quando a União inscreve o Estado inadimplente em cadastro restritivo de forma unilateral e sem a manifestação prévia do ente estadual.

c) Não há nulidade da inscrição do Município em cadastros restritivos da União por motivo de irregularidades praticadas na gestão anterior, tendo em vista o princípio da impessoalidade.

d) Não é possível a inscrição de Município em cadastro de inadimplentes da União, tendo em vista a ausência de hierarquia entre os entes federativos.

e) A União não pode, em qualquer hipótese, inscrever Município inadimplente em seus cadastros restritivos.

07. Com relação ao princípio da continuidade do serviço público e o Direito de greve dos servidores públicos, julgue a assertiva a seguir

a) Embora não haja lei regulamentando o art. 37, VII, CF, o STF reconheceu o direito de greve de todos os servidores públicos civis, sendo expressamente vedado o direito de greve dos servidores públicos militares pela Constituição Federal.

b) O Direito de greve dos servidores públicos civis somente poderá ser exercido quando a União editar lei regulamentando o dispositivo constitucional que o autoriza.

c) Os servidores públicos civis que atuam diretamente na segurança pública estão proibidos de realizar greve.

d) Em caso de greve dos servidores públicos, o Poder Público deverá descontar os dias de paralisação dos servidores grevistas, seja qual for o motivo da greve, tendo em vista que há suspensão do vínculo funcional no período.

e) O Poder Público não pode descontar os dias de paralisação da remuneração dos servidores, tendo em vista que a greve é um direito constitucionalmente previsto.

08. Com relação aos consórcios públicos, assinale a opção correta.

a) Os consórcios públicos de Direito Público devem obedecer à necessidade de licitação para contratação de pessoal, que será regido pelo regime estatutário.

b) O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado — ou por entidade que integre a administração indireta deste —, sendo, nesse caso, inexigível a licitação.

c) A sua constituição demanda prévia celebração de contrato de rateio entre os entes públicos e os concessionários privados consorciados, com a definição clara das

responsabilidades pelos investimentos demandados para a execução de seu objeto.

d) Poderá ser excluído do consórcio público, imediatamente, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

e) Os entes consorciados somente entregam recursos financeiros ao consórcio público mediante contrato de rateio.

09. No que diz respeito ao terceiro setor e às entidades paraestatais, assinale a alternativa correta

a) As organizações religiosas não podem ser consideradas organizações da sociedade civil, sendo vedada a celebração de parcerias do ente público com essas organizações.

b) A qualificação de uma entidade como organização da sociedade civil não depende de um ato formal, sendo considerada uma qualificação ex lege.

c) O instrumento por meio do qual a Administração Pública celebra parceria com OSC que não envolva a transferência de recurso financeiros é denominado termo de colaboração.

d) O contrato de gestão é o instrumento jurídico utilizado para que o ente público celebre parceria com as organizações da sociedade civil para o interesse público (OSCIP)

e) A qualificação de uma entidade privada sem fins lucrativos como organização social (OS) é um ato vinculado.

10. Com relação aos poderes administrativos, assinale a alternativa correta.

a) O poder de polícia fundamenta a fiscalização e sanção dos particulares que tenham celebrado contratos administrativos com a Administração Pública.

b) No exercício do Poder Regulamentar, o Chefe do Poder executivo pode criar direitos e obrigações por meio de atos normativos infralegais.

c) Decorre do poder hierárquico a possibilidade de editar atos ordinatórios, que possuem a finalidade de organizar internamente as repartições públicas e os serviços administrativos.

d) A possibilidade de delegação de parcela da competência de um órgão a outro é decorrência do poder vinculado, tendo em vista que há previsão legal autorizando.

e) A aplicação de sanções a comerciantes que tenham descumprido normas municipais decorre do poder disciplinar da Administração Pública.

11. Considere a seguinte situação. O Estado Alfa celebrou contrato de limpeza com uma empresa do setor privado para prestação do serviço em um hospital estadual. O contrato possuía o prazo inicial de 12 meses, mas sofreu sucessivas prorrogações e possui, na atual data, 59 meses de vigência. Com a iminência do termo final da última prorrogação, que se dará aos 60 meses de contrato, a Administração lançou edital de licitação para realizar nova contratação, porém, o edital foi suspenso pelo Tribunal de Contas. Esgotado os 60 meses de contrato, assinale a alternativa que melhor solucione o caso.

a) As prorrogações realizadas pelo Poder Público são nulas, tendo em vista que o prazo do contrato administrativo deve coincidir com a vigência dos respectivos créditos orçamentários, que é de, no máximo, um ano.

b) A Administração deverá esperar a conclusão do processo no Tribunal de Contas para realizar nova licitação, tendo em vista que não é possível prorrogar novamente o contrato.

c) A Administração deve realizar nova contratação por dispensa de licitação com a mesma empresa, tendo em vista a situação de urgência.

d) O Estado pode prorrogar, excepcionalmente, o contrato por mais 12 meses, desde que haja autorização da autoridade superior.

e) O Estado deverá buscar, perante o poder judiciário, suspender a decisão do Tribunal de Contas, sob pena de ficar sem o serviço.

12. Sobre o ingresso dos servidores públicos na Administração Pública, é correto afirmar que:

a) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas indicado no edital tem direito subjetivo a ser nomeado, ainda que, após a publicação do edital, aconteça um fato superveniente não previsto pela administração pública.

b) É constitucional a regra inserida no edital de concurso público, denominada cláusula de barreira, com o intuito de selecionar apenas os candidatos mais bem classificados para prosseguirem no certame.

c) Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, o teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização pode ser remarcado se houver previsão expressa no edital do concurso.

d) Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem em respeito à liberdade de expressão e de manifestação de pensamento.

e) O candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previstos no edital possui expectativa de direito à nomeação.

13. Alfredo, delegado de polícia do Estado Alfa, em uma operação policial e diante de disparos de arma de fogo efetuados pelos suspeitos, reage disparando contra estes em legítima defesa. Ocorre que, um dos disparos efetuados por Alfredo acaba por atingir Joana, uma civil que estava próxima ao local, que sofre graves lesões. Diante desta situação e, acerca da responsabilidade civil do Estado e do agente público, responda.

a) O Estado responderá objetivamente pelos danos causados a Joana, com base na teoria do risco administrativo. Alfredo não responderá regressivamente perante o Estado, tendo em vista que não agiu com dolo ou culpa.

b) Não há responsabilidade civil do Estado, tendo em vista que Alfredo agiu amparado por causa excludente de ilicitude.

c) O prazo prescricional para que Joana proponha ação de reparação em face do Estado é de três anos, a teor do art. 206, §3º, V, CC.

2º Simulado – PCPA - DELEGADO 05/07/2020

d) O Estado responderá pelos danos causados a Joana com base na teoria da culpa do serviço. Alfredo não responderá regressivamente perante o Estado, tendo em vista que não agiu com dolo ou culpa.

e) O Estado não pode alegar a culpa concorrente da vítima para reduzir o valor da indenização a ser pago.

14. Relativamente aos bens públicos, assinale a alternativa correta.

a) É possível a aquisição de bens públicos por particulares por usucapião.

b) A impenhorabilidade não se aplica aos bens das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

c) Na concessão de direito real de uso, o Ente Público concede ao particular o direito real resolúvel de uso de terreno público em que não existem benfeitorias ou acessões ou sobre o espaço aéreo, para que este dê uma finalidade social ao bem, restando extinta a concessão se o particular conferir ao bem finalidade diversa àquelas previstas em lei.

d) direito de extensão é a prerrogativa que a Administração Pública possui de ampliar a desapropriação para áreas contíguas que sejam necessárias ao melhor aproveitamento da obra ou serviço que resultarão do ato expropriatório.

e) Terrenos de marinha são as áreas que, banhadas pelas correntes navegáveis, fora do alcance das marés, vão até a distância de 15 metros para a parte de terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias.

15. Com relação à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

a) A desapropriação indireta consiste na expropriação da propriedade particular pelo Poder Público sem o devido processo legal administrativo e/ou judicial

b) O prazo prescricional da ação de desapropriação indireta é de 20 anos.

c) A requisição administrativa é a utilização, em regra por prazo determinado e em situação de normalidade, de bens privados para a execução de obra pública ou a prestação de serviços públicos.

d) A limitação administrativa, por impor restrições ao uso de bens privados, em regra, enseja o dever de indenização pelo Estado.

e) O Município não pode realizar tombamento em bem de propriedade da União.

DIREITO AMBIENTAL

Tiago Leite

16. Quanto ao instituto da servidão ambiental, assinale a alternativa correta:

a) A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, mas não pode ser instituída em caráter perpétuo.

b) A servidão ambiental não se aplica às Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal mínima exigida.

c) Na hipótese de compensação de Reserva Legal, a servidão ambiental deve ser averbada na matrícula do imóvel de maior área.

d) É permitida, durante o prazo de vigência da servidão ambiental, a alteração da destinação da área, nos casos de transmissão do imóvel a qualquer título, de desmembramento ou de retificação dos limites do imóvel.

e) A restrição ao uso ou à exploração da vegetação da área sob servidão ambiental deve ser, no mínimo, a mesma estabelecida para a área de preservação permanente.

17. A competência para legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição é:

a) Privativa da União.

b) Comum aos Estados, DF e Municípios.

c) Concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

d) Exclusiva dos Municípios.

e) Concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

18. Quanto à responsabilidade criminal ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) Uma das penas restritivas de direitos da pessoa jurídica é a proibição de contratar com o Poder Público e dele obter subsídios, subvenções ou doações, que não poderá exceder o prazo de dez anos.
- b) Não deixa de ser crime o abate de animal, mesmo quando realizado por ser nocivo o animal, desde que assim caracterizado pelo órgão competente.
- c) Constitui crime a prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das demais normas protetivas.
- d) Considera-se infração administrativa ambiental toda ação, excluída a atuação omissiva, que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.
- e) Em decorrência de sua gravidade, a demolição de obra não está entre as sanções administrativas decorrentes de infrações ambientais.

19. Quanto à legislação florestal, assinale a alternativa que não traz uma hipótese de utilidade pública:

- a) Atividades de segurança nacional.
- b) Atividades de proteção sanitária.
- c) Atividades e obras de defesa civil.
- d) As obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos de transporte.
- e) A implantação de infraestrutura pública destinada a esportes, lazer e atividades educacionais e culturais ao ar livre em áreas urbanas e rurais consolidadas.

20. Quanto à responsabilidade civil ambiental, assinale a alternativa correta:

- a) É subjetiva e solidária.

b) Não se aplica às pessoas jurídicas de direito público.

c) É objetiva e pessoal.

d) É objetiva, solidária e baseada na teoria da culpabilidade.

e) É objetiva, solidária e abarca tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas, seja de direito privado ou de direito público.

DIREITO CIVIL

Lhais Hamid

21. Preencha corretamente esta lacuna com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia _____ depois de oficialmente publicada:

- a) Trinta dias.
- b) Noventa dias.
- c) Três meses
- d) Cento e vinte dias.
- e) Quarenta e cinco dias.

22. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro é norma de sobredireito, que define a vigência e a aplicação das leis e não tem sua incidência restrita ao direito privado. Assim, a alternativa incorreta.

a) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais de direito e a equidade.

b) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. Este é o princípio da obrigatoriedade da norma que comporta exceções previstas no próprio ordenamento jurídico

c) A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

d) Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue. Este é o princípio da continuidade.

e) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

23. Nos termos do Código Civil vigente, quando a lei não fixar prazo menor, a prescrição ocorre em:

- a) Um ano.
- b) Três anos.
- c) Dez anos.
- d) doze meses
- e) Trinta anos.

24. A vontade é essencial para a existência e a validade do negócio jurídico. Todavia, quando a vontade não representa a verdadeira intenção do agente há os chamados vícios da vontade. É vício de vontade, exceto no caso de:

- a) Coação.
- b) Fraude contra credores
- c) Dolo.
- d) Erro Acidental.
- e) Estado de Perigo.

25. As relações jurídicas são firmadas entre pessoas, que devem ter um domicílio livremente escolhido ou determinado pela lei. Nesse sentido, com base na legislação em vigor, assinale a incorreta:

- a) É domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida.
- b) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso têm domicílio necessário.
- c) Os lugares diversos que a pessoa exercitar profissão, cada um deles consiste em domicílio para as relações que lhe corresponderem.
- d) Muda-se o domicílio, transferindo a residência.
- e) É domicílio da pessoa natural que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada.

26. De acordo com o Código Civil, um imóvel destinado ao estabelecimento de uma autarquia em determinado estado federado é um bem

- a) particular, já que a autarquia não é um ente político.
- b) público de uso especial, que é inalienável enquanto conservar sua qualificação.
- c) público dominical, que é alienável desde que observada a forma como a lei determinar que ocorra esse ato.
- d) público de uso comum, que é inalienável enquanto conservar sua qualificação.
- e) público de uso restrito, que é inalienável enquanto conservar sua qualificação.

Para responder à pergunta, você deve ter conhecimentos dos arts. 99 e 100 do CC:

Art. 99. São bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado".

Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

27. Sobre os direitos da personalidade, é correto:

- I. A pessoa jurídica pode ter ofendidas tanto sua honra objetiva quanto a subjetiva.
- II. Os danos morais por violação ao direito de imagem decorrem diretamente do seu uso indevido, sendo dispensável a comprovação de outros prejuízos.

III. É defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, salvo por exigência médica.

IV. A intimidade e a privacidade das pessoas constituem direitos irrenunciáveis e absolutos, não podendo sofrer quaisquer restrições em nenhuma hipótese.

Das proposições acima:

- a) I e II estão corretas;
- b) I e III estão corretas;
- c) II e III estão corretas;
- d) II e IV estão corretas;
- e) Todas estão corretas.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

28. A Xpto Supermercados Ltda. é sediada na cidade de Itaberaí e alienou sua única filial, que era estabelecida na cidade de Faina. Nesse caso, dispõe o direito brasileiro que:

- a) a Xpto Ltda. não poderá se restabelecer em Faina nos próximos 10 anos, salvo autorização da adquirente.
- b) o adquirente responderá pelo passivo cível contabilizado pela filial, mas a Xpto Ltda. continuará solidariamente responsável pelo prazo de um ano a contar da data alienação.
- c) os contratos celebrados para a exploração da filial fainense serão considerados resolvidos com a alienação.
- d) esse ato poderá fundamentar pedido de falência contra a Xpto Ltda., se com esta não restarem bens suficientes para solver seu passivo e ela não obtiver o consentimento de todos os credores.
- e) a cessão dos créditos referentes à filial de Faina produzirá efeito em relação a seus devedores desde o momento da alienação.

29. Sobre as sociedades limitadas, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Na omissão do contrato social da sociedade limitada, o sócio pode ceder sua quota, total ou

parcialmente, a quem seja sócio, independentemente de audiência dos outros, ou a estranho, se não houver oposição de mais de 1/4 (um quarto) do número de sócios.

b) Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, deve o contrato instituir conselho fiscal composto de 3 (três) ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembleia anual de sócios.

c) A convocação da reunião ou da assembleia de sócios é atribuição que pertence, exclusivamente, aos administradores da sociedade.

d) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de 2/3 (dois terços), no mínimo, após a integralização.

e) Pela exata estimação de bens conferidos ao capital social respondem solidariamente todos os sócios, até o prazo de 10 (dez) anos da data do registro da sociedade. Acrescente-se que a contribuição para formar o capital não pode consistir em prestação de serviços.

30. Poderá requerer a recuperação judicial o devedor

- a) que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades empresariais pelo período mínimo de seis meses.
- b) que obteve recuperação judicial anterior, desde que decorridos ao menos 2 anos da publicação da sentença concessiva desta.
- c) condenado por crimes falimentares, desde que decorridos ao menos 3 anos, bem como pelo cumprimento da penalidade imposta.
- d) falido, desde que estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades decorrentes da falência.
- e) empresa pública ou sociedade de economia mista exercente de atividade econômica não sujeita ao regime de monopólio.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Adriana Fauth**

31. Acerca da Teoria Geral do Estado, aos poderes do Estado e suas respectivas funções e à Teoria Geral da Constituição, assinale a questão incorreta.

a) A revolução francesa foi um marco no processo de formação das Constituições escritas. Vários elementos podem ser identificados como antecedentes da Constituição escrita, dentre eles os pactos, os forais, as cartas de franquia e os contratos de colonização.

b) Em sua concepção materialista ou substancial, a Constituição se confundiria com o conteúdo de suas normas, sendo pacífico na doutrina quais seriam as matérias consideradas como de conteúdo constitucional e que deveriam integrar obrigatoriamente o texto positivado.

c) Em um Estado Parlamentarista, a chefia de governo tem uma relação de dependência com a maioria do Parlamento. Em consequência disso há uma repartição, entre o governo e o Parlamento, da função de estabelecer as decisões políticas fundamentais.

d) Um dos objetos do Direito Constitucional Comparado é o estudo das normas jurídicas positivadas nos textos das Constituições de um mesmo Estado, em diferentes momentos histórico-temporais ou em relação a constituição de outros Estados.

e) De acordo a melhor doutrina, a soberania, em sua concepção contemporânea, constitui um atributo do Estado, manifestando-se, no campo interno, como o poder supremo de que dispõe o Estado para subordinar as demais vontades e excluir a competição de qualquer outro poder similar.

32. Acerca das matérias de reforma e revisão constitucionais, limitação do poder de revisão e emendas à Constituição, assinale a opção que não consta(m) pessoa(as) ou órgão(s) legitimado(s) para propor emenda à Constituição Federal:

a) um terço dos membros da Câmara dos Deputados.

b) um terço dos membros do Senado Federal.

c) mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

d) Presidente do Supremo Tribunal Federal.

e) Presidente da República.

33. Acerca do tema controle de constitucionalidade, é factível afirmar que:

a) pela via de exceção, a questão constitucional é arguida incidenter tantum, como prejudicial do mérito;

b) por entender compatível com a atual ordem constitucional, o Supremo Tribunal Federal admite o fenômeno da Constitucionalidade superveniente.

c) O vício formal, também chamado de nomoestático, decorre da afronta ao devido processo legislativo de elaboração do ato normativo.

d) na hipótese de ação direta de inconstitucionalidade, de competência do Supremo Tribunal Federal, o Procurador-Geral da República, na qualidade de chefe do Ministério Público da União, será citado, previamente, para a defesa do ato ou texto impugnado;

e) O controle prévio de constitucionalidade é de atribuição exclusiva dos Poderes executivo e legislativo.

34. De acordo à Constituição da República Federativa do Brasil, assinale a assertiva correta no que diz respeito aos Fundamentos Constitucionais dos Direitos e Garantias Fundamentais:

a) O direito de petição, que decorre do exercício das prerrogativas democráticas, tem como finalidade levar a conhecimento do Poder Público ato ou fato ilegal, com abuso de poder ou que viole direitos. Para que a petição seja apreciada, deverá o peticionante demonstrar a efetiva lesão a interesse pessoal.

b) Direito adquirido é aquele que já se incorporou ao patrimônio do titular não podendo a lei retroagir para prejudicá-lo, como

por exemplo o regime jurídico estabelecido por lei para funcionários públicos.

c) O tribunal Penal internacional, criado pelo Estatuto de Roma, é regido pelo princípio da complementariedade, na medida em que o TPI só exercerá jurisdição em caso de incapacidade ou omissão dos Estados.

d) Assegura-se aos presos o respeito à integridade física e moral, entretanto tal proteção não autoriza a imposição de responsabilidade ao Estado pela morte de detento.

e) É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

35. De acordo à Constituição da República Federativa do Brasil, bem como a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a assertiva correta no que diz respeito aos Direitos e Garantias Fundamentais:

a) a pena é personalíssima de modo que em hipótese alguma a obrigação de reparar o dano pode ser estendida aos sucessores.

b) Registrado o pedido de certidão e não atendido de forma ilegal ou abusiva, o remédio judicial cabível será o habeas data.

c) De acordo com o STF a simples previsão estatutária de autorização geral para as associações é insuficiente para conferir legitimidade ativa para a representação de seus associados, inclusive quanto a impetração de mandado de segurança coletivo.

d) Em respeito a liberdade religiosa, reconheceu o STF a constitucionalidade de lei estadual que permite o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

e) Apesar da Constituição assegurar de forma ampla o exercício do direito de reunião, ela atribuiu a lei a competência para definir o local da reunião.

36. A respeito da organização político-administrativa do Estado, assinale a opção correta.

a) Por ser um Estado laico, a Constituição Federal permite que os entes da Administração

Direta estabeleçam cultos religiosos ou igrejas, e subvencione-os.

b) O texto constitucional define que a Federação brasileira se constitui por uma união "indissolúvel", afastando, assim, a possibilidade de secessão. Desta forma, é vedada a incorporação, subdivisão ou desmembramento dos Estados membros.

c) Por meio de lei estadual, é possível a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, porém, tal procedimento está restrito ao prazo determinada em Lei Complementar Federal, dentre outras condições.

d) O Distrito Federal, situado em Brasília, é a Capital Federal.

e) Compõem a República Federativa do Brasil, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos dotados de independência e soberania, nos termos da Constituição Federal.

37. A respeito do Poder Executivo e das funções do Presidente da República, assinale a opção correta.

a) O Presidente da República concentra em si tanto a função de chefe de governo quanto a de chefe de Estado, e, nessa condição, poderá convocar e presidir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional.

b) Como chefe de governo, o Presidente da República poderá prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei. Funções estas que poderão ser delegadas ao Advogado-Geral da União.

c) O Presidente da República poderá, por meio de decreto, dispor sobre extinção de funções ou cargos públicos, quando estes estiverem vagos. Tal atribuição, por ser de natureza interna, expressa a função de chefe de governo, e poderá ser delegada para um Ministro de Estado.

d) As atribuições de conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, por ser típica de chefe de governo, não estão sujeitas a delegação por parte do Presidente da República.

e) Por serem funções essenciais e de suma importância, as atribuições do Presidente da

República contidas no artigo 84 são de caráter exaustivo “numerus clausus”.

38. Sobre o Poder Judiciário, assinale o item correto.

a) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, apenas durante a fase processual, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

b) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão sigilosa, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.

c) nos tribunais com número superior a 25 julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de 11 e o máximo de 25 membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antiguidade e a outra metade por merecimento.

d) A distribuição de processos será imediata, não se aplicando tal regra aos processos no Supremo Tribunal Federal.

e) A participação em cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados constitui etapa obrigatória do processo de vitaliciamento.

39. Em relação à segurança pública, assinale a opção correta.

a) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelos delegados de polícia são de natureza administrativa, essenciais e privativas de Estado.

b) A força nacional, órgão de segurança pública, poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador.

c) Nos municípios que a Polícia Civil não contar com servidor de carreira para o desempenho das funções de delegado, o atendimento nas

delegacias poderá ser realizado por subtenente ou sargento da polícia militar.

d) As Guardas Municipais possuem competência para o exercício do poder de polícia de trânsito, mas não poderá impor sanções administrativas.

e) A Segurança Viária, por se tratar de questão de saúde pública, deve abranger a prevenção de acidentes e não apenas a punição de infratores.

40. No que se refere à Ordem Social, assinale o item correto.

a) A Constituição Federal determina que as ações e serviços de saúde serão regulamentadas pelo poder público, e permite que tais atividades sejam exercidas tanto diretamente, quanto por meio de terceiros, ou mesmo por pessoa física ou jurídica de direito privado.

b) A educação e a oferta de ensino noturno serão organizadas em uma grade especial e adaptadas às condições do educando.

c) O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência física deverá ser feito em instituições especializadas, preferencialmente.

d) A universalidade da cobertura e atendimento, como objetivo da Seguridade Social, significa que os benefícios e serviços serão iguais para todos.

e) Caso o gestor local do sistema único de saúde necessite poderá admitir agentes de combate às endemias através de processo seletivo público, mas a mesma hipótese de admissão não é possível para agentes comunitários de saúde.

DIREITOS HUMANOS**Ricardo Torques**

41. Sobre o tema controle de convencionalidade, assinale a alternativa correta:

- a) Este tipo de controle ocorre quando se exerce o controle de constitucionalidade de tratados incorporados ao direito brasileiro como lei.
- b) É possível, no direito brasileiro, o controle de convencionalidade tendo como parâmetro qualquer tratado internacional.
- c) O Pacto de San José da Costa Rica não pode, em razão do caráter supralegal, ser utilizado como parâmetro de controle de convencionalidade.
- d) Este controle só pode ser exercido pela Cortes Internacionais.
- e) Não é necessário que o controle de convencionalidade ocorra de modo concentrado.

42. O Pacto Internacional sobre Direito Econômicos, Sociais e Culturais, do qual o Brasil é parte, reconhece o direito de autodeterminação dos povos. Este direito se manifesta, essencialmente, através:

- a) do dever de assistência e cooperação internacional por parte de todos os povos.
- b) do dever de não discriminar nenhuma pessoa do grupo.
- c) da liberdade de formação de uma força militar organizada e de declarar guerra aos outros povos.
- d) da liberdade de estabelecer seu estatuto político e de se desenvolver livremente.
- e) da liberdade de desfrutar livremente das suas riquezas e recursos naturais não nucleares.

43. Assinale a alternativa correta. A competência do Tribunal Penal Internacional envolve diversas categorias de crimes. NÃO estão incluídos na competência do Tribunal:

- a) crimes de genocídio.
- b) crimes de espionagem.
- c) crimes contra a humanidade.

- d) crimes de guerra.
- e) crimes de agressão.

44. Sobre o ingresso forçado de agentes fiscais em estabelecimentos comerciais para a averiguação do devido pagamento de tributos, assinale a alternativa correta:

- a) Os agentes fiscais são dotados de ampla legitimidade para ingressar nos estabelecimentos comerciais no período diurno.
- b) Não se admite o ingresso de agentes fiscais sem determinação judicial em qualquer hipótese.
- c) Caso o agente fiscal adentre ilegalmente no estabelecimento, as provas produzidas serão ilícitas, mas é possível sanar a ilicitude através da instauração de ação fiscal adequada posterior.
- d) A administração fiscal é dotada de poderes excepcionais pela Constituição Federal, o que não a exonera do cumprimento dos limites à ação estatal impostos constitucionalmente.
- e) Apesar de que os estabelecimentos comerciais não sejam dotados de proteção constitucional, só é possível o ingresso forçado quando houver expressa autorização legal.

45. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a base da autoridade do governo é:

- a) a soberania nacional.
- b) o respeito aos direitos humanos.
- c) a vontade do povo.
- d) a diversidade étnica.
- e) a fraternidade dos povos.

DIREITO PENAL**Ivo Martins**

46. A respeito das teorias que regem a diferença entre dolo eventual e culpa consciente, assinale a alternativa correta.

a) O conhecimento do risco não permitido, com eliminação de qualquer conteúdo volitivo, determina o reconhecimento do dolo eventual para a teoria da probabilidade, adotada por Jakobs.

b) A teoria cognitiva, implica a representação do resultado como possível, o que satisfaz a caracterização do dolo eventual. Não obstante, se o agente procura impedir o resultado por meio da ativação de contrafatores, agindo concretamente, existirá culpa consciente.

c) para a teoria da representação, que se posiciona entre as teorias volitivas, há dolo eventual quando o agente aceita a possibilidade de ocorrência do resultado e demonstra altivo grau de indiferença em relação à afetação do bem jurídico protegido pelo direito penal.

d) De acordo com a teoria do consentimento, de base exclusivamente cognitiva, não existe culpa consciente. Se há a representação do resultado, constantemente existirá dolo eventual.

e) A teoria do risco, classificada entre as volitivas, é aquela adotada pelo Código Penal em seu art. 18, I. Seus aderentes entendem que só há dolo eventual quando o agente representa o resultado e assume o risco de produzi-lo.

47. Analise as assertivas abaixo e assinale a correta:

I – De acordo Com o STF, se o agente inicia a execução do crime permanente sob a vigência de uma lei e a consumação só ocorre quando já em vigor nova lei, mais rigorosa, esta deverá ser aplicada, ainda que prejudicial ao agente.

II – Retroatividade é a aplicação de uma lei penal benéfica, já revogada, a um fato ocorrido durante o período da sua vigência.

III – A lei temporária não possui ultratividade.

a) está correta apenas a alternativa I.

b) estão corretas todas as alternativas.

c) estão corretas apenas as alternativas II e III.

d) está correta apenas a alternativa III.

e) estão erradas todas as alternativas.

48. Não são considerados como extensão do território nacional para os efeitos penais.

a) as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

b) as embarcações e aeronaves brasileiras, a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.

c) aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro, desde que o crime figure entre aqueles que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.

d) aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil.

e) as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública, onde quer que se encontrem.

49. De acordo com a teoria geral do crime, assinale a alternativa correta.

a) O dolo, na escola clássica, deixou de ser elemento integrante da culpabilidade, movendo-se para a conduta, vez que ação e intenção são indissociáveis.

b) para a teoria tripartida do delito, a culpabilidade como pressuposto da pena e não elemento do crime.

c) para a teoria funcionalista da culpabilidade, a culpabilidade é limitada pela finalidade preventiva da pena; constatada a desnecessidade da pena, o agente não será punido.

d) para a teoria tripartida do delito consideram elementos do crime a tipicidade, a antijuricidade e a punibilidade.

e) A tipicidade, elemento do crime, na concepção material, exaure-se na subsunção da conduta ao tipo penal.

50. A Teoria da *ratio essendi*, é caracterizada pelo (a):

a) Ingresso do agente nos atos executórios de um crime, quando este age de acordo com sua imaginação, em atividade imediata e diretamente associada à realização do tipo.

b) concepção da culpabilidade como uma relação psicológica entre o autor e o fato por ele praticado; dolo e culpa são espécies de culpabilidade para esta teoria.

c) probabilidade de penalidade da punição da participação em sentido estrito quando o agente da conduta principal é um adolescente-infrator, bastando que este aja de forma típica e antijurídica.

d) estruturação do direito penal sob o princípio da intervenção mínima, que norteará iniciativas político-criminais pelo prisma da *ultima ratio*.

e) composição entre dois elementos do conceito analítico de crime, a tipicidade e a antijuridicidade, sendo aquela reconhecida como a razão de ser desta; assim, o crime é composto pelo fato antijurídico e pela culpabilidade.

51. No que diz respeito à exigibilidade de conduta diversa e hipóteses de sua exclusão, analise as assertivas abaixo e assinale a correta:

a) coação moral resistível é causa supralegal de inexigibilidade de conduta diversa.

b) exclusão da culpabilidade pela obediência hierárquica exige ordem não manifestamente ilegal.

c) exigibilidade de conduta diversa é substrato da culpabilidade criado pelas teorias funcionalistas.

d) coação irresistível física ou moral conduz à inexigibilidade de conduta diversa.

e) embriaguez proveniente de caso fortuito é caso de inexigibilidade de conduta diversa.

52. De acordo com o entendimento do STJ, é aplicável o princípio da insignificância na hipótese de crime:

a) de descaminho, desde que o benefício econômico do crime seja inferior a quinze mil reais.

b) contra a mulher no âmbito das relações domésticas.

c) de descaminho, desde que o benefício econômico do crime seja inferior ao limite de vinte mil reais.

d) de peculato.

e) roubo.

53. Analise as assertivas e assinale a que está de acordo com o Código Penal pátrio:

a) A indicação do ato de ofício integra o tipo legal da corrupção ativa e passiva.

b) A indicação do ato de ofício é elemento do tipo legal da corrupção passiva.

c) A indicação do ato de ofício não integra o tipo legal da corrupção ativa.

d) A indicação do ato de ofício não integra o tipo legal da corrupção passiva.

e) No que se refere ao crime de corrupção ativa, a expressão “ato de ofício” figura apenas na majorante e na modalidade privilegiada.

54. Consoante ao crime de roubo com resultado morte e posição dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

a) no latrocínio, o resultado morte que qualifica o roubo deve ser necessariamente resultante de dolo do agente.

b) A dívida de corrida táxi não pode ser considerada coisa alheia móvel para fins de configuração da tipicidade dos delitos patrimoniais.

c) os crimes de roubo, extorsão e extorsão mediante sequestro, previstos no Código Penal, são considerados hediondos, somente se ocorrer o resultado morte.

d) A dívida de corrida táxi pode ser considerada coisa alheia móvel para fins de configuração da tipicidade dos delitos patrimoniais.

e) o roubo poderá ser qualificado pela morte, se a violência não for intencional e o resultado for culposos.

55. A respeito da tipicidade penal, assinale a alternativa incorreta.

- a) no dolo eventual, o sujeito imagina o resultado como de produção possível e, mesmo não querendo produzi-lo, permanece agindo e admitindo a sua eventual produção.
- b) O erro de tipo, se escusável, exclui o dolo e a culpa.
- c) no crime de omissão de socorro, apenas se torna relevante para o Direito Penal se o agente tiver o dever de agir.
- d) A real consciência do injusto penal é requisito elementar da culpabilidade; por sua vez, o desconhecimento da norma penal, quando inevitável, exclui a culpabilidade.
- e) caracteriza o erro de proibição a conduta do agente que se apossa de coisa alheia móvel, supondo, nas circunstâncias, ter sido largada pelo dono.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Victor Hugo Borges

56. A respeito dos princípios do direito processual penal e da ação,

- a) Em processo penal, ninguém pode ser forçado a produzir prova contra si mesmo. Por outro lado, a recusa em fazê-lo pode acarretar presunção de culpabilidade pelo crime.
- b) A autodefesa, que, pelo princípio da ampla defesa, é imposta ao réu, é irrenunciável.
- c) A lei processual penal deverá ser aplicada imediatamente, sem que isso prejudique a validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior, tampouco constitua ofensa ao princípio da irretroatividade.
- d) A despeito do princípio constitucional da vedação às provas ilícitas, o juiz poderá considerar uma prova ilícita em qualquer situação, desde que se convença de sua importância para a condenação do réu.
- e) A lei não poderá restringir a divulgação de nenhum ato processual penal, sob pena de ferir o princípio da publicidade.

57. Em relação ao direito processual penal:

- a) O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas incluídas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.
- b) Uma nova norma processual penal terá aplicação imediata somente aos fatos criminosos ocorridos após o início de sua vigência.
- c) A garantia, aos acusados em geral, de contraditar atos e documentos com os meios e recursos previstos atende aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- d) A consequência processual da declaração de ilegalidade de determinada prova obtida com violação às normas constitucionais ou legais é a nulidade do processo com a absolvição do réu.
- e) Dado o princípio *tempus regit actum*, as normas processuais penais têm aplicação imediata, não alcançando crimes ocorridos em data anterior à sua vigência.

58. No que se refere ao Direito Processual Penal, julgue os itens abaixo.

- a) A aplicação do princípio da territorialidade, previsto na lei processual penal brasileira, poderá ser afastada se, mediante tratado internacional celebrado pelo Brasil e referendado internamente por decreto, houver disposição que determine, nos casos que ele indicar, a aplicação de norma diversa.
- b) A prova declarada inadmissível pela autoridade judicial por ter sido obtida por meios ilícitos deve ser juntada em autos apartados dos principais, não podendo servir de fundamento à condenação do réu.
- c) Além do princípio constitucional da ampla defesa, o CPP estabelece que a deficiência de defesa é causa obrigatória de nulidade absoluta, sendo presumido o prejuízo. Nesse sentido, tal é o entendimento delineado pelo STF.
- d) Aos litigantes, somente no processo judicial, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

e) A autoridade policial poderá determinar a abertura de inquérito policial de ofício, com a ocorrência de qualquer infração penal.

59. A respeito do processo penal, é correto afirmar que

a) Não se admite, por caracterizar ofensa ao princípio do contraditório e do devido processo legal, a concessão de medidas judiciais inaudita altera parte no processo penal.

b) O princípio da inocência está expressamente previsto na Constituição Federal de 1988 e estabelece que todas as pessoas são inocentes até que se prove o contrário, razão pela qual se admite a prisão penal do réu após a produção de prova que demonstre sua culpa.

c) A adoção do princípio da inércia no processo penal brasileiro não permite que o juiz determine, de ofício, diligências para dirimir dúvida sobre ponto relevante dos autos.

d) Aos crimes militares aplicam-se as mesmas disposições do Código de Processo Penal, excluídas as normas de conteúdo penal que tratam de matéria específica diversa do direito penal comum.

e) Impera no processo penal o princípio da verdade real e não da verdade formal, próprio do processo civil, em que, se o réu não se defender, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor.

60. A respeito do processo penal, assinale a alternativa correta.

a) O sistema processual acusatório não restringe a ingerência, de ofício, do magistrado antes da fase processual da persecução penal.

b) No sistema processual inquisitivo, o processo é público; a confissão é elemento suficiente para a condenação; e as funções de acusação e julgamento são atribuídas a pessoas distintas.

c) Na ação penal pública, o princípio da igualdade das armas é mitigado pelo princípio da oficialidade.

d) O direito ao silêncio ou garantia contra a autoincriminação derrubou um dos pilares do processo penal tradicional: o dogma da verdade real, permitindo que o acusado permaneça em silêncio durante a investigação ou em juízo,

bem como impedindo de forma absoluta que ele seja compelido a produzir ou contribuir com a formação da prova ou identificação pessoal contrária ao seu interesse, revogando as previsões legais nesse sentido.

e) Por força de mandamento constitucional, o exercício do contraditório deve ser garantido ainda no curso do inquérito policial, não obstante a sua natureza administrativa e pré-processual.

61. Em relação ao processo penal:

a) Expressamente previsto na Constituição Federal, o princípio do promotor natural garante a todo e qualquer indivíduo o direito de ser acusado por órgão imparcial do Estado, previamente designado por lei, vedada a indicação de acusador para atuar em casos específicos.

b) De acordo com o CPP, a analogia equivale à norma penal incriminadora, protegida pela reserva legal, razão pela qual não pode ser usada contra o réu.

c) No sistema inquisitivo, a confissão é considerada a rainha das provas e predominam nele procedimentos exclusivamente escritos.

d) A interpretação extensiva é um processo de integração por meio do qual se aplica a uma determinada situação para a qual inexistia hipótese normativa própria um preceito que regula hipótese semelhante.

e) No Estado democrático moderno não há espaço para a aplicação do princípio processual denominado favor rei, que contraria o jus libertatis do acusado.

62. Marque a alternativa incorreta:

a) A teoria dos frutos da árvore envenenada, de origem norte-americana e consagrada na CF, proclama a mácula de provas supostamente lícitas e admissíveis, obtidas, todavia, a partir de provas declaradas nulas pela forma ilícita de sua colheita.

b) Ainda que o contraditório e a ampla defesa não sejam observados durante a realização do inquérito policial, não serão inválidas a investigação criminal e a ação penal subsequente.

c) Em razão do princípio da especialidade, a existência de lei especial que verse sobre determinado procedimento impede a aplicação do CPP, ainda que de forma subsidiária.

d) José foi indiciado em inquérito policial por crime de contrabando e, devidamente intimado, compareceu perante a autoridade policial para interrogatório. Ao ser indagado a respeito de seus dados qualificativos para o preenchimento da primeira parte do interrogatório, José arguiu o direito ao silêncio, nada respondendo. Nessa situação hipotética, cabe à autoridade policial alertar José de que a sua recusa em prestar as informações solicitadas acarreta responsabilidade penal, porque a lei é taxativa quanto à obrigatoriedade da qualificação do acusado.

e) Ainda que seja nomeado defensor dativo pelo juiz, o denunciado deve ser intimado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto pelo MP contra a decisão que tenha rejeitado a denúncia, sob pena de nulidade.

63. Em relação ao processo penal, é correto afirmar que:

a) O interrogatório do acusado, por constituir exercício do direito de defesa, não pode ser por ele dispensado, sob pena de nulidade.

b) É ilícita a prova de crime obtida por meio de interceptação telefônica judicialmente autorizada nos autos de inquérito policial destinado à apuração de outro crime.

c) De acordo com a CF, a inviolabilidade do sigilo de correspondência e comunicações telefônicas poderá ser quebrada por ordem judicial para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

d) A lei é fonte imediata do processo penal, e, dado o princípio da reserva legal, aos estados-membros é vedado sobre ele legislar.

e) A garantia de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória significa que mesmo quem for preso em flagrante cometendo homicídio será possuidor da presunção de inocência.

64. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às disposições relativas ao Inquérito Policial previstas no Código de Processo Penal.

a) Incumbirá à autoridade policial no curso do Inquérito Policial requerer acerca da prisão preventiva.

b) Caso vislumbre notória atipicidade da conduta investigada, a autoridade policial poderá determinar o arquivamento dos autos do Inquérito Policial.

c) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, permanecerão com a autoridade policial após o encaminhamento dos autos do inquérito policial para análise do Ministério Público e Poder Judiciário, e serão encaminhados, posteriormente, se o Juiz ou membro do Ministério Público assim requisitarem.

d) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência durante o curso do Inquérito Policial em virtude da natureza inquisitória deste procedimento.

e) Nas comarcas em que houver mais de uma circunscrição policial, a autoridade com exercício em uma delas poderá, nos inquéritos a que esteja procedendo, ordenar diligências em circunscrição de outra, sendo obrigatória, para tanto, a existência de precatórias ou requisições à autoridade competente daquela circunscrição.

65. A Constituição Federal assegura, com exclusividade, ao tribunal do júri:

a) Soberania dos veredictos, competência para julgar crime contra a vida, contraditório e plenitude de defesa.

b) Sigilo das votações, soberania dos veredictos, competência para julgar crimes dolosos contra a vida e plenitude de defesa.

c) Competência para julgar crimes contra a vida, a exemplo do latrocínio, plenitude de defesa e soberania dos veredictos.

d) Mitigação da defesa e sigilo das votações.

e) Publicidade das votações e incomunicabilidade do conselho de sentença.

MEDICINA LEGAL

Alexandre Herculano

66. Acerca das lesões produzidas por projéteis de arma de fogo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Tronco de cone de Bonnet pode ser encontrado nos casos de tiro transfixante na cabeça e possui grande importância, pois indica a entrada e saída do projétil.
- b) É possível que não haja orifício de saída do projétil, mas, caso haja, será dilacerado, com bordas evertidas, desproporcional ao projétil e sem orlas e zonas.
- c) A boca de mina de Hoffman é a zona de esfumaçamento em superfície óssea onde o projétil penetrou que demonstra que o tiro foi encostado.
- d) No orifício de entrada estão presentes as orlas de escoriação, de enxugo e equimótica.
- e) Eventualmente, as zonas de queimadura, de tatuagem e de esfumaçamento podem não estar presentes nos tiros a curta distância.

67. Assinale a alternativa que corresponde ao transtorno sexual pela atração por bonecas e manequins:

- a) Travestismo.
- b) Coprofilia.
- c) Onanismo.
- d) Dolismo.
- e) Necrofilia.

68. O desenho que reproduz a “boca” da arma no corpo da vítima de um disparo encostado é chamado de:

- a) Sinal de Benassi.
- b) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- c) Sinal de Chavigny.
- d) Boca de Mina de Hoffman.
- e) Tronco de Cone de Bonnet.

69. Morte produzida por asfixia, em que o laço no pescoço é acionado por qualquer forma que não o peso da própria vítima é chamada de:

- a) Esganadura.
- b) Enforcamento.
- c) Confinamento.
- d) Estrangulamento.
- e) Soterramento.

70. Durante uma forte chuva, um banhista sofreu uma descarga elétrica ocasionada por um raio. No pronto atendimento foi identificada uma lesão com aspecto arboriforme.

No caso narrado, aponte o tipo de ação da eletricidade e a lesão descrita:

- a) Eletroplessão e Marca de Jellinek.
- b) Eletrocussão e Sinal de Joule.
- c) Fulminação e Sinal de Lichtenberg.
- d) Fulguração e Marca de Jellinek.
- e) Fulguração e Sinal de Lichtenberg.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Fernando Bezerra

71. Em relação à Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha e aos entendimentos dos Tribunais, considere as seguintes afirmativas:

1. O Juiz só poderá decretar medidas protetivas para a mulher se estas medidas estiverem elencadas na lei.
2. Para que haja a concessão de medidas protetivas de urgência, é necessário apenas demonstrar a materialidade e a provável autoria.
3. Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.
4. Havendo descumprimento das medidas protetivas de urgência, é possível a requisição de força policial, a imposição de multas, entre outras sanções, podendo inclusive aplicar cumulativamente o crime de desobediência.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas 1 e 2 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.

2º Simulado – PCPA - DELEGADO 05/07/2020

- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 3 é verdadeira.

72. Conforme disposições positivadas na Lei 11.343/06, bem como o entendimento dos tribunais superiores, marque a alternativa correta:

a) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às penas de prisão simples de 10 (dez) dias a 06 (seis) meses, multa ou prestação de serviços à comunidade;

b) A condenação anterior pelo crime de porte de drogas para consumo pessoal não permite a aplicação dos efeitos da reincidência nem mesmo quanto ao alargamento do prazo de cumprimento das medidas impostas em decorrência de nova condenação por tal delito;

c) Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às penas de advertência verbal, prestação de serviços à comunidade, medida educativa de comparecimento a cursos educativos sobre as consequências das drogas e multa;

d) Apesar da natureza típica da conduta de porte de drogas para consumo próprio, a sua condenação anterior não induz os efeitos da reincidência enquanto agravante da pena;

e) Todas as medidas impostas em decorrência de condenação pelo crime do art. 28 da Lei 11.343/06 serão aplicadas pelo prazo máximo de 05 (cinco) meses.

73. Em se tratando da Lei de Tortura (Lei 9.455/97), julgue os itens abaixo.

1. O delito de maus-tratos tipificado no Código Penal foi tacitamente revogado pela Lei de Tortura, por conta dos excessos nos meios de

correção ou disciplina equiparando-se à prática de tortura castigo, uma vez que também se trata de causa de intenso sofrimento físico ou mental.

2. Caso um agente público cometa o crime de tortura e isso seja demonstrado, este terá sua pena aumentada de um sexto até um terço.

3. Segundo o entendimento do STJ, a condenação de agente público por delito previsto na Lei de Tortura, prevê como efeito extrapenal automático e obrigatório da sentença condenatória a perda do cargo, função ou emprego público.

4. O crime de tortura é equiparado a hediondo, portanto é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 3 e 4 são verdadeiras.
- e) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.

74. O civilmente identificado não poderá ser submetido à identificação criminal quando:

- a) O documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação;
- b) O documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado;
- c) A identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa;
- d) Constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações;
- e) O estado de conservação do documento apresentado possibilite a completa identificação dos caracteres essenciais.

2º Simulado – PCPA - DELEGADO 05/07/2020

75. Em relação aos Juizados Especiais Criminais, assinale a alternativa correta.

a) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos da Lei 9.099/95, os atos infracionais, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena mínima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

b) O processo perante o Juizado Especial orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, formalidade, economia processual e celeridade, objetivando sempre a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena não privativa de liberdade.

c) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que foi consumada a infração penal.

d) A autoridade policial que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer infração penal lavrará termo circunstanciado e o encaminhará imediatamente ao Juizado, independente da presença do autor do fato e da vítima, providenciando-se apenas as requisições dos exames periciais necessários.

e) Nenhuma das alternativas anteriores.

76. Considerando a Lei de Organização Criminosa (12.850/13) e a Lei de Drogas (11.343/06), assinale a alternativa correta.

a) Aquele que impede ou, de qualquer forma, embaraça a investigação de infração penal que envolva organização criminosa terá, além da pena relativa ao crime de promover organização criminosa, uma causa de aumento de pena.

b) Para o STJ, não viola, em qualquer hipótese, o princípio da dignidade da pessoa humana a revista íntima realizada para detecção do visitante que esteja transportando drogas ou outros itens proibidos para o interior do estabelecimento prisional.

c) O sujeito que embaraçar investigação de infração penal que envolva organização criminosa estará cometendo um delito tipificado na lei especial, porém com sanção penal mais branda do que a prevista para

aquele que integra pessoalmente organização criminosa.

d) Dentre as majorantes previstas para o delito de tráfico de drogas, haverá manifestação de uma delas quando a infração penal tiver sido cometida nas dependências ou imediações de estabelecimentos prisionais, ainda que a droga não tenha efetivamente passado por dentro da unidade penitenciária.

e) O delito de tráfico de drogas não apresenta causas de aumento de pena previstas na Lei 11.343/06.

77. Acerca da interceptação das comunicações telefônicas, julgue os itens abaixo.

1. Será possível a realização de interceptação de comunicações telefônicas quando o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de reclusão.

2. O pedido de interceptação de comunicações telefônicas somente poderá ser formulado por escrito, não sendo autorizado pedido formulado verbalmente, por ferir a seriedade do procedimento.

3. A gravação que não interessar à prova será arquivada por decisão judicial, durante o inquérito e a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.

4. A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento da autoridade policial, na investigação criminal e a requerimento do representante do Ministério Público, somente na instrução processual penal.

Assinale a alternativa correta.

a) Somente as assertivas 1 e 4 estão corretas.

b) Somente as assertivas 2 e 3 estão corretas.

c) Somente as assertivas 1, 2 e 3 estão corretas.

d) Somente a assertiva 1 está correta.

e) Somente as assertivas 2, 3 e 4 estão corretas.

78. No que concerne à Lei que trata do Abuso de Autoridade (Lei n. 13.869/19), assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São bens jurídicos tutelados pela Lei n. 13.869/19 os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos e a regular e adequada prestação dos serviços públicos.
- b) Os novos tipos penais prescritos na Lei n. 13.869/19 são classificados como próprios.
- c) Os delitos previstos na Lei de Abuso de Autoridade são, sem exceção, todos perpetrados na modalidade dolosa.
- d) A Lei n. 13.869/19 exige finalidade especial na conduta tipificada.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

79. Acerca da Lei de Crimes Hediondos e o crime de homicídio, julgue os itens abaixo.

- a) homicídio simples para ser considerado hediondo exige que seja praticado por um grupo de extermínio.
- b) não é possível que um crime de homicídio simples cometido por uma só pessoa seja considerado hediondo ainda que praticado em atividade típica de grupo extermínio.
- c) o homicídio qualificado só pode ser considerado hediondo desde que praticado em atividade típica de grupo de extermínio.
- d) o homicídio privilegiado caso combinado com determinadas circunstâncias qualificadoras de ordem objetiva pode ser considerado hediondo.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

80. Com base na lições doutrinárias, no posicionamento dos tribunais superiores e no texto legal de regência do crime de lavagem de dinheiro no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) O crime de lavagem de dinheiro pode ser classificado como delito autônomo e o oferecimento de denúncia dependerá de

demonstração da existência de crime antecedente;

b) Segundo os tribunais superiores, a ação penal pelo crime de lavagem de dinheiro deve vir instruída com a certidão do trânsito em julgado do processo que apura a infração penal antecedente;

c) Qualquer infração penal pode figurar como conduta antecedente apta a configuração da lavagem de dinheiro, sendo imprescindível a configuração obrigatória da condenação como subsídio da denúncia;

d) O próprio crime de lavagem pode figurar como infração penal antecedente, mas será essencial neste caso que restem revelados indícios suficientes da perpetração de alguma outra infração penal diversa da qual tenha derivado a primeira conduta de dissimulação da origem ilícita de recursos;

e) A extinção de punibilidade das infrações penais antecedentes influencia na atipicidade do comportamento perpetrado no empreendimento da lavagem de dinheiro.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PCPA-05-07>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



CONFIRA: [CURSO PARA A PC-PA](#)